

13

CAPÍTULO

Pistas essenciais para um português de Angola

Daniel Peres Sassuco

Universidade Agostinho Neto

A história cultural e linguística de Angola foi, está e será marcada para sempre com a figura do primeiro presidente da República de Angola, António Agostinho Neto. Tratando-se do “Legado de A. Neto na cultura contemporânea de Angola”, nós preferimos colocar o nosso olhar sobre os aspectos linguísticos. Nesse campo, fomos motivados pelo pensamento de Neto, no seguinte:

O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável na nossa literatura, *não resolve os nossos problemas*. E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio *será preciso utilizar as nossas línguas*. E dada a sua diversidade no País, mais tarde ou mais cedo devemos tender para a aglutinação de alguns dialectos, para facilitar o contacto (INL, 1979, p. 7).⁵⁷

Notamos, por meio desse trecho, que Neto é homem da cultura e de sensibilidade profunda com sentimentos patrióticos da nação para a divulgação, promoção e desenvolvimento científico das línguas nacionais, enquanto patrimônio cultural e de identidade dos povos de Angola.

57 Extraído do discurso “Sobre a Literatura” proferido pelo camarada presidente Dr. António Agostinho Neto no ato de posse do cargo de presidente da Assembléia Geral da União dos Escritores Angolanos, em 24 de novembro de 1977.

Também se sublinha o uso do conceito “dialeto” empregue nesse discurso. É conveniente recordarmos que o termo terá sido usado sem tomar conta da precisão linguística. Isso se deveu ao fato de o autor não ter cursado sobre a linguística e porque é o termo mais utilizado na época para designar as línguas indígenas. Para tal, o conceito funcionaria como sinônimo do conceito língua. Pois, um dialeto, no sentido mais esclarecedor, é nada mais que a variedade regional da fala de uma língua, ou seja, a variante de uma língua falada numa dada região, geograficamente falando. Essa variação se nota através de algumas palavras, sendo que o conteúdo da língua é idêntico. Notemos desse modo que cada língua na sua região é onde se definem os dialetos. Por isso, não considere o dialeto como sendo língua marginalizada nem, tampouco, dos mais atrasados. Desse fato, nunca se considere as línguas bantu de Angola, como é o caso das línguas cokwe, kikongo, kimbundu, umbundu, nyaneka, kwanyama e ngangela, como sendo dialetos do português.

Pistas essenciais para um português de Angola é o objeto dessa discussão, tendo com muita frequência observado o comportamento linguístico no território angolano, relativamente ao português, ser divergente e correspondente a cada região representada por grupo etnolinguístico angolano diferente. Surgiu de forma natural essa ideia de tratar o assunto para levarmos uma pedra à edificação de uma normativa que especifique o falar do português nessas paragens angolanas. Quanto à existência de estudos nesse âmbito, não somos os primeiros: houve Mingas (2000), com *Interferências do kimbundu no Português falado em Lwanda*; Miguel (2014), com *Dinâmica da pronominalização do Português em Lwanda*; e Zavoni (2010), com *A coabitação linguística em Angola: Diálogo vs Conflito*, texto apresentado na conferência da CPLP em 2010, que teve como tema central a interpenetração da língua e culturas de/em língua portuguesa na CPLP. São trabalhos interessantes. Os dois primeiros são obras, e o último é um artigo. Embora com um ou outro elemento em comum, todavia, estamos em presença de visões muito divergentes que remetem à discussão do domínio sociolinguístico.

Um fato não menos importante: o português em Angola não se encontra no seio da sua cultura, o que implica que existam muitas influências culturais das línguas nacionais no português. É dessas influências culturais no nível da língua que orientamos a nossa reflexão. Será que pendemos para uma espécie de português de Angola, mas não reconhecido até a data atual? Existem alguns índices característicos para falarmos em si dessa particularidade dialetal?

Para darmos resposta às indagações acima referenciadas, compreendamo-nos sobre o conceito de pista. Por pista entende-se via e/ou características de identificação possível, quer no plano formal, quer no plano informal da fala do português no espaço angolano. Antes de abordarmos a nossa discussão em profundidade, lembremos alguns momentos históricos da convivência linguística em

Angola. Reservamos o texto a seguir às fases históricas de línguas nacionais e em seguida à análise que se impõe sobre as pistas essenciais para um português de Angola.

Periodização das línguas nacionais em Angola

Três fases marcam a história das línguas bantu de Angola, as quais são apresentadas a seguir.

Fase soberana tradicional

Estamos todos lembrados de que, antes do advento da colonização, Angola era um espaço organizado em reinos e impérios. Nesses reinos e impérios, por inerência da natureza, cada povo pertencente a um reino ou império era unido pelos laços de linhagem, clã e tribo. Esses três elementos definem uma etnia. Assim, em cada reino ou império, como um Estado soberano, possui uma língua de identidade cultural. Essas línguas que pertencem a cada povo de uma etnia eram faladas em plenitude de cada espaço geográfico. São, naquela época, línguas com todas as funções sociais: oficial, veicular e materna. Em suma, eram línguas sem qualquer limitação quanto ao uso, pois cada elemento da sociedade tradicional sentia necessidade de falar e defender a sua língua como sua própria alma, enquanto patrimônio cultural. Portanto, as línguas nacionais gozavam da liberdade de expressão ilimitada. Desses reinos e impérios, notamos:

- o *Reino do Kongo*, que se estende a toda a parte norte de Angola até as vizinhas Repúblicas de Congo Brazzaville e Congo Democrático, tocando igualmente o sul de Gabão. Nesse reino, a língua é o kikongo. Em Angola, ocupa as actuais províncias nortenhas de Cabinda, Uíge e Zaire na parte noroeste da província de Luanda (hoje, Bengo) e no noroeste da província da Lunda-Norte, numa faixa junto ao rio Kwango (Fernando, 2012). Para Fonseca (1985, p. 26), o grupo Kikongo é constituído por vários subgrupos: José Redinha apresenta dezoito, entre outros de menor vulto, ao passo que Mesquita Lima designa somente quatorze, não se referindo aos Pombo, Guenze, Paca e Coje citados pelo primeiro.
- o *Reino de Ngola* ou *Matamba*, governo tradicional sob orientação de Ngola Kilwanji kya Nsamba e Njinga, tem como língua o kimbundu. Atualmente, o kimbundu é língua dos ambundu vivendo nas províncias de Luanda, Bengo, Kwanza-Norte, Malanje, Kwanza-sul. À semelhança do kikongo, o kimbundu possui vários dialetos: holo, lenge, mbaka, njinga, songo, bondo, ... (REDINHA, 1975, p. 33);

- o *Reino de Mbalundu*, com uma enorme extensão, que se viu dividido em setores como Ngalangi, Nganda, Mbaka, Ndulo. Apesar da sua expansão, a língua desse reino é umbundu. O umbundu é o glossônimo dos ovimbundu. Em Angola, os ovimbundu ocupam todo o planalto central, compreendendo as províncias de Benguela (Mbaka), Huambo (Wambu) e Bié (Viye) (Kapitango, 2009, p. 23);
- o *Reino de Mupata e Kimpungu*. Localizado no extremo sul e vizinho do reino Mbalundu, é concretamente a província da Huíla (Wila), dos Vamwila e Vakhumbi que possuem a língua Nyaneka. Do mesmo modo, destacam-se algumas variantes desse grupo, nomeadamente o olukhumbi, o olumwila, olunyaneka, olukipungu e olungalangi;
- o *Reino de Mandume ya Ndemofaya*, mais a sul do país, se encontra na província de Cunene (Kunene). O reino dos Vakwanyama tem como língua o kwanyama ou oshikwanyama, que se prolonga até a vizinha República de Namíbia;
- o *Império Lunda*, com uma larga expansão, desde Angola para o Congo Democrático até à Zâmbia. Funcionou com vários setores, segundo a expansão. Em Angola, com o Mwacisenge wa Tembo, a língua cokwe é o glossônimo dos tucokwe (SASSUCO, 2008 p. 17). Essa língua abrange todo o leste de Angola, nas províncias de Lunda Norte e Sul, Moxico (Mushiko), Cuando-Cubango (Kwandu Kuvangu) até no Bié (Viye) e Huíla (Wila).

Nos países vizinhos, na República do Congo, a sede de Tucokwe está na província de Katanga, na sub-região de Lualaba, especificamente em Kapanga, onde está a sede de Mwata Yav; seguindo-se das localidades de Dilolo (gare e Poste), Sandowa, Kafwakumbi, Kasaji etc. Na Zâmbia, a língua cokwe está na província de Cingola e Kitwe, ou simplesmente a parte noroeste dessa república. Em Angola e na República do Congo, bem como na Zâmbia, os tucokwe conservam cuidadosamente sua língua e sua cultura, apesar de limites geográficos impostos pelos colonos.

O certo é que essas línguas são muito antigas e genuínas para as populações de Angola. Por isso são línguas de natureza identitária. Chivinga (2014, p. 97) chama-as de línguas locais existentes em Angola antes da chegada dos portugueses.

Finalmente, historiadores e linguistas (CHATELAIN, 2001; BENDER, 2004) defendem que as línguas bantu predominavam em grande medida no território hoje denominado Angola.

Fase colonial

A princípio, o contato dos bantu de Angola com os portugueses constituiu um choque de culturas. No verdadeiro sentido da palavra, esse choque terá gerado conflitos de superioridade e de inferioridade. Conflito de superioridade para os portugueses, que a todo o custo pretendiam a hegemonia sobre o autóctone. A linguista Miguel (2014, p. 14) fala que a política colonial portuguesa se pautou pela tentativa de integrar os angolanos na cultura europeia. Para esse efeito, o recurso a um dos principais e mais poderosos meios de aculturação – a língua – era inevitável.

Pensamos que essa aculturação foi muito forte, porque o colono não teve a mínima pena de que os angolanos precisam preservar as suas identidades culturais. Trata-se de uma aculturação mortal, a ponto de fazer com que o angolano se esquecesse dele mesmo, ou melhor, do seu “eu”, culturalmente.

As línguas nacionais, nessa época, não mereceram nenhum tratamento digno nem reconhecimento para que as futuras gerações as tivessem como patrimônio cultural. Prova disso, das medidas tomadas pelo governo colonial, lembramo-nos da implementação da política de proibição da fala das línguas bantu de Angola em todo o território nacional (FISHMAN, 1972, p. 79-93).

Há que se notar o grande ódio que o colonialismo tinha pelas línguas africanas em geral, línguas bantu de Angola em particular, por meio de alguns extratos oficiais retirados do decreto de Norton de Matos (1921), nestes termos:

- É obrigatório em qualquer missão o ensino da língua portuguesa;
- É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira;
- O uso da língua indígena é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino elementar da língua portuguesa;
- Não é permitido ensinar nas escolas das missões as línguas indígenas, etc.

Embora com essas medidas, essas línguas não foram abandonadas. Os autóctones guardavam-nas, e elas eram faladas secretamente nas famílias. Porém, temos que admitir que ficavam desse modo frustradas. Essa frustração se manifesta através da compenetração cultural em que as populações indígenas se apropriam da língua portuguesa e, conseqüentemente, a fala a bel-prazer.

Assim, dessa crise de inferioridade do angolano, fruto da opressão colonial relativa ao uso das línguas nacionais, nasce o espírito de desespero de que quem fala uma língua nacional em público é considerada uma pessoa “atrasada”, o que explica que a maioria envide grandes esforços para se expressar na língua que

lhe granjeia um melhor estatuto social. De idêntico modo, Severo (2014, p. 17) salienta que tal classificação identitária tomava a língua portuguesa como critério diferenciador e segregador.

Fica aqui a ideia de que as línguas do dia a dia, as línguas das nossas conversas sobre a natureza, as línguas do interior, dos segredos do coração, foram relegadas ao desprezo e, em muitos casos, abandonadas.

Constatamos que o que está hoje a ocorrer em Angola ocorreu no Brasil, de forma semelhante, embora ao longo de um período muito mais lato. Deveriam existir cerca de 1.200 línguas nacionais indígenas quando os portugueses desembarcaram nas praias deste vastíssimo território que hoje chamamos Brasil. Atualmente, não existirão mais de 180. Esse terrível massacre linguístico terá sido um dos maiores crimes cometidos pelos portugueses, e, sobretudo, por brasileiros, ao longo de cinco séculos, segundo Agualusa (2010).

Tendo em conta o caráter plurilinguístico desses países, a nosso ver, os portugueses só queriam estancar e/ou exterminar a veia multilinguística nos originários angolanos, bem como nos brasileiros. Na realidade, mesmo com opressão, nem por isso as línguas nacionais desapareceram nos mapas nem na fala, apesar de serem reduzidas ao desprezo.

Fase pós-independência

Saindo de um período turbulento, da opressão e do domínio da civilização portuguesa, em que as línguas nativas dos angolanos não mereceram nenhuma atenção especial, e na espera da sua execução e da implementação efetiva do valor real das línguas nacionais, assiste-se a meras designações teóricas, limitando-se apenas nos conceitos e na indicação das instituições para simplesmente crermos.

Já nos finais da década 1970, após a independência, foi criado no país um Instituto Nacional de Línguas, que geralmente se dedicava ao controle das línguas indígenas e estrangeiras faladas no território angolano. Para concretizar o propósito de Agostinho Neto, o Instituto Nacional de Línguas transforma-se em Instituto de Línguas Nacionais, cuja missão é de resgatar, promover e investigar as línguas autóctones.

Com muita pena se constata que não existe uma instrumentação jurídica que confira um estatuto funcional dessas línguas. A língua nacional, muito embora seja um fenómeno e um recurso natural, deve ser normalizada, através de um ato legal, jurídico, e deve ser oficializada (CHIVINGA, 2014, p. 97).

Em Angola, a expressão “língua nacional”, por natureza e pelas origens das línguas faladas nele, é a língua que pertence aos autóctones e tem suas raízes nesse território. Ela pode ser elevada pelo estatuto à categoria de língua nacional para

servir de auxílio à língua oficial do país. Normalmente, é a língua que funciona, segundo a necessidade, em simultâneo, na administração do país, com a língua oficial. Para sermos explícitos, as línguas nacionais de Angola têm um caráter vernacular e regional. Vernaculares, porque são faladas pelos autóctones sem esforço de aprendê-las, porque são nativas, ou seja, maternas. Regional, porque cada uma representa um falar popular regional, no qual se identificam muitos dialetos e são reconhecidos numa só língua.

De acordo com Severo (2014, p. 23), entre os efeitos da formalização das línguas africanas como línguas nacionais, estão a dificuldade de se manter uma política linguística igualitária e generalista em relação a todas as línguas, já que elas são faladas por diferentes pessoas, em diferentes locais e para finalidades variadas, como fruto de uma realidade multiétnica e plural.

Dessa reflexão, se deduz que as línguas nacionais até agora carecem de uma norma de utilização por parte do Executivo, ou seja, da legislação do país. Estamos, sem dúvida, perante a um fracasso ideológico e a uma decepção quanto à continuidade do que tinha iniciado Agostinho Neto.

Para o efeito, mesmo com a dominação e a hegemonia da língua portuguesa em Angola, enquanto língua oficial, a maioria dos angolanos não tem como língua materna o português, mas, sim, as demais línguas autóctones faladas pelos grupos africanos que habitavam em território angolano antes da chegada dos portugueses (CHIVINGA, 2014, p. 96).

No que concerne à fala e à escrita da língua portuguesa, apesar de ser língua oficial em Angola, os angolanos não têm capacidade linguística fortíssima de ultrapassar o prisma cultural que os caracteriza. Já não fazem do português língua europeia, mas, sim, a língua dentro das suas culturas. Segundo Miguel (2014): “Não raro, falantes angolanos com formação universitária, tendo embora um domínio vocabular amplo, apresentam lacunas no tocante às normas do funcionamento da língua e incorrem em transgressões consideradas graves”.

Nesse sentido, entende-se que por mais que nos esforcemos para falar com perfeição a língua portuguesa, será impossível, porque a força da cultura é intrínseca quanto à nossa oralidade. Pois, a língua, desse modo, vai ser o reflexo de uma cultura distinta. Sobressai, aqui, a atitude nacionalista de dar realce à nossa identidade na literatura angolana, pelo que os escritores angolanos, no dizer de Costa Andrade, citado por Miguel (2014, p. 21) “deseuropeizaram a palavra europeia nas suas obras”.

Na nossa modesta observação, podemos dizer que as línguas nacionais merecem um estatuto convincente que as permita serem utilizadas, e de caráter obrigatório, sendo línguas de estreito funcionamento com a língua oficial. Por isso, o português falado em Angola não é perfeito, nem se quer aquele de Portugal, mas, sim, dos angolanos e no modelo angolano.

Breve configuração geolinguística de Angola

Angola é um país de África centro-austral, isso pela sua posição transversal entre a África dos países francófonos e a dos países anglófonos. Portanto, Angola apresenta um quadro plurilinguístico e consequentemente multicultural. Para Miguel (2014) a situação linguística de Angola, tal como a da maioria dos países africanos, caracteriza-se por uma grande heterogeneidade. A maior parte das línguas angolanas é de origem bantu e têm uma localização territorial mais ou menos limitada e definida.

Para além do português como língua oficial, entendido como língua de administração, isso é, língua em exercício da função público-administrativa, contamos com inúmeras línguas de origem bantu e de identidade cultural dos povos de Angola, nomeadamente umbundu (centro do país), kimbundu (centro e o eixo nordeste do país), kikongo (norte do país), cokwe (cobre todo o Leste), kwanyama, nyaneka, ngangela e helelo, todas elas nas fronteiras do sul de Angola. Quanto às classificações, Greenberg (1963) coloca geneticamente as línguas acima na subfamília níger-congo derivada da família congo-kordofânia, enquanto, Guthrie (1971) agrupa-as todas em três zonas linguísticas, nomeadamente H, K e R. Assim, o kikongo e o kimbundu, na zona H respectivamente, com as siglas H10 e H20; o cokwe e ngangela a representarem a zona K, respectivamente com as siglas K10 e K12; e, finalmente, a zona R, com o umbundu, kwanyama, nyaneka tendo respectivamente as siglas R10, R21 R22. Também, há que assinalar a presença das comunidades não bantu como as línguas africanas da família khoisan (no sul do país) e a indo-europeia (francês, espanhol, português, inglês...). Na realidade, essas línguas africanas bantu de Angola são as mais faladas e dominadoras da cultura de identidade angolana ao lado da convivência com a língua portuguesa.

Pistas linguísticas para um português de Angola (PA)

A história linguística de Angola está e será marcada pelo incontornável contato das línguas bantu com o português, portanto, o permanente plurilinguismo. As comunidades angolanas falam em simultâneo uma língua bantu e o português.

Considera-se “pista” como traço ou característica que afeta o falar do português no espaço angolano. A nossa intenção é irrefutavelmente analisar alguns elementos provenientes de contato de línguas bantu de Angola, as conhecidas línguas nacionais, com o português. Isso é para explicar as razões particulares da fala do português nos recintos culturais angolanos. No contato das línguas, essas pistas são localizadas, segundo as nossas observações, em vários níveis, a saber:

Pistas fonético-fonológicas

Pelo nível fonológico, pretendemos analisar os fenômenos fônicos que ocorrem no contato, ou seja, na fala do português, e explicar as suas origens. Trata-se concretamente das transformações fonético-fonológicas.

Vibralização

Fala-se da vibralização como processo fonético que consiste na transformação de um som segundo o seu contexto em possuir traços vibrantes produzidos com uma única ou múltipla obstrução provocada pela ponta da língua junto dos alvéolos. Alguns exemplos:

Tabela 13.1 –Passagem de /l/ por /r/

Itens	PE (português europeu)	PA (português angolano)
Falta	[ˈfalt̪a]	[ˈfarta]
Volta	[ˈvɔlt̪a]	[ˈvorta]
Alta	[ˈɛlt̪a]	[ˈarta]
Adulto	[ədˈult̪u]	[ˈadurtu]
Faculdade	[fækˈult̪ad̪i]	[fækˈurdad̪ə]

Assinala-se a troca constante da alveolar [l̪] para a lateral [r].

Essa dificuldade, bem como facilidade dos locutores do português em Angola, é devido à vontade de bem pronunciar, de se aproximar do português nativo. Infortunadamente, acaba-se por realizar sons diferentes e mais ou menos aproximados do primeiro. O [r] não é som existente nas línguas locais e cria sérios problemas no seu enquadramento. Fenômeno típico no falar não só popular, mas já regular.

Pré-nasalização e desnasalização

Os dois processos, em fonética, envolvem a presença de traços nasais. Assim, o primeiro consiste na anteposição desse traço diante de um som, e o segundo desvirtua, ou seja, retira aos sons esse traço. A nasalização, em português, ocorre apenas com os sons vocálicos, ao passo que nas línguas bantu de Angola se manifesta com os sons consonânticos. Quando isso acontece, a implicação na fala é notória como os exemplos a seguir:

Tabela 13.2 – Passagem de sons orais por sons nasais

Itens	PE	PA
Bacia	[ˈbɛsɔjɐ]	[ᵐbafɔjɐ]
Banco	[ˈbãku]	[ᵐbaku]
Dente	[ˈdɛti]	[ᵐdɛtɛ]

A pré-nasalização e desnasalização são fenômenos recorrentes e inerentes às línguas bantu, pois elas possuem os sons como [mb, mp, nt, nd, ng, nk, ns, nz, nl, mf, mv etc.] e não existem, geralmente, as vogais nasais. O português não possui esses sons. Os falantes em simultâneo das LN e português acabam por manifestar essas realizações nos diferentes contextos da fala. As vogais nasais foram desnasaladas, e as consoantes bilabiais e dentais são geralmente prenasalizadas.

Sonorização e ensurdecimento

A sonorização (Maria, 2010, p. 346) é um fenômeno fonético que ocorre quando um som não sonoro, em resultado da sua situação contextual, é realizado com vibração das cordas vocais. Esse fenômeno pode dar origem a uma mudança fonológica e é um caso particular de assimilação. O ensurdecimento, na sua vez, é a perda do traço sonoro ou vozeado de um som, em resultado da sua situação contextual. Aqui, alguns exemplos do fenômeno:

Tabela 13.3 – Passagem de sons surdos por sonoros e vice versa

Itens	PE	PA
Bento	[ˈbɛtu]	[bɛᵐdu]
Pente	[pɛti]	[pɛᵐdɛ]
Entender	[ĩtɛdɛr]	[iᵐdɛᵐdɛr]

A nossa observação para esse fenômeno é que os sons surdos antecipados por uma nasalização são facilmente tornados como sonoros, pois a nasalização tem a característica sonora. De igual modo, as sonoras com o mesmo contexto são realizadas como surdos. Os falantes naturais das línguas bantu procedem pelo inverso constante segundo as características e contextos desses sons, como espelhado nos exemplos acima.

Acrescentamento

De acordo com as nossas observações, esse acrescentamento é especificamente a epêntese. O Dicionário de termos linguísticos (2010, p. 146) define epêntese como o acrescentamento de um segmento fonético em posição medial de palavra.

Tabela 13.4 – Decomposição de dígrafos de português

Itens	PE	PA
Explicar	[^ˈ eʃplikɐr]	[eʃpilikar]
Aplicar	[^ˈ aplikɐr]	[apilikar]
Planta	[^ˈ plãtɐ]	[pulãta]
Blusa	[^ˈ bluzɐ]	[buluza]

O acrescentamento dos fonemas ocorre para desfazer os dígrafos, de modo a criar uma nova sílaba. Isso porque as línguas nacionais não têm a estrutura das consoantes [pr, pl, tr, gr, gl, dr, tl etc.]. De qualquer modo, esse fenômeno é reduzido a uma realidade das línguas bantu quando, por exemplo, intercalam-se os sons no interior da palavra sem descaracterizar o plano semântico. Isto é, o sentido inicial da palavra permanece.

Pistas morfológicas

Várias vezes, deparamo-nos com a criação de palavras, como estas que são descritas a seguir:

Presença do aumento nas formas verbais

Na morfologia aplicada às línguas bantu, o aumento (Muzenga, 1980, p. 85) é um morfema monófono, desprovido de significação e aparece na posição inicial de certas palavras. Naturalmente, pode ter caráter presencial ou não. Não conhecemos até agora uma língua românica ou latina utilizando o aumento. Portanto, esse morfema é exclusivamente pertença de línguas bantu.

Tabela 13.5 – Presença de fonemas inexistentes em posição inicial

Itens	PE	PA
Responder	∅-responder	A responder
Dever	∅-dever	A dever

Contar	Ø-contar	A contar
Elogiar	Ø-elogiar	A logiar

O novo elemento /a-/ no início de cada palavra funciona como um aumento; isso é um morfema harmônico e não detém nenhum significado. Esse fenômeno é próprio das línguas nacionais, cujo aumento é uma marca inerente e patente.

Marcação de grau diminutivo e aumentativo

Essa categoria gramatical, enquanto universal linguístico, existe em quase todas as línguas do mundo. Sublinhemos que, embora presente nas línguas em contato, o funcionamento da mesma categoria é distintamente diferente, dependendo da estrutura de cada língua. Em português, esses morfemas que marcam a categoria de grau funcionam em posição sufixada, ao passo que, em línguas bantu, funcionam em posição prefixada. Eis alguns exemplos:

Tabela 13.6 – Marcação de graus diminutivo e aumentativo

Itens	PE	PA
Capraça	Pracinha	K pracinha
Caloja	Lojinha	K aloja
Caprédió	Predito	K aprédió
Quipraça		K ipraça
Quicasa	Casarão	K icasa

/ka-/ é PN12 em muitas línguas bantu, geralmente ligado à formação do grau diminutivo dos substantivos, e o /ki-, ci-, lu-/, respectivamente PN7 e PN11, servem de formação do grau aumentativo nas mesmas línguas. Os locutores do português nessas paragens não se importam em saber se o nome já tem o sufixo do diminutivo ou de aumentativo do português; para tal, devem colocar um elemento da realidade da sua língua sempre na posição prefixada ao radical.

Pistas sintáticas

A sintaxe também não está poupada. Bastaria um ouvido atento às distintas construções das frases de muitos angolanos para chegar às constatações. As desconcordâncias dos especificadores com os nomes e, com muita frequência, a concordância do verbo com o sujeito não são respeitadas. Há um fato nesse campo

que nos chama a atenção, é o acordo do pronome reflexivo e/ou recíproco.

Invariabilidade do reflexivo e recíproco

Tabela 13.7 – Invariabilidade do reflexivo e recíproco

Itens	PA	PE
1	Vou se bater no chão ...	Vou me bater no chão ...
2	Iremos se encontrar com Jesus ...	Ir- nos -emos encontrar com Jesus ...
3	Nós se adevemos 1.000 kz.	Nós devemo- nos 1.000 kz.

Se o pronome reflexivo ou recíproco é variável no português europeu, os falantes do português no espaço cultural bantu tornam-no invariável. Isso porque o morfema reflexivo ou recíproco é estático e conservou somente a sua forma em todas as pessoas. Veja como se pode dizer, por exemplo, em kimbundu e cokwe:

Tabela 13.8 – Comportamento do reflexivo e recíproco em Línguas Bantu de Angola

Kimbundu	Cokwe	Português
Ng di sukula	Ngul is anyisa	“Eu lavo- me ”
U di sukula	U li sanyisa	“tu lavas- te ”
U di sukula	U li sanyisa	“Ele lava- se ”
Tu di sukula	Tu li sanyisa	“Nós lavamo- nos ”
Nu di sukula	Nu li sanyisa	“Vós lavais- vos ”
A di sukula	A li sanyisa	“Eles lavam- se ”

O infixos /-di- e -li-/ equivalem a pronome /se/ em português, não são variáveis nas línguas bantu, enquanto são flexionais em português. A influência das línguas bantu se nota no sentido em que mesmo as pessoas de audiência pública não têm feito atenção a esse fenômeno. Assim, pensamos que o pronome reflexivo não é variável mesmo em português. Tal é fruto das forças de língua nacional. Também, Miguel (2014) constata que, nas camadas populares, os reflexivos e recíprocos aparecem neutralizados na forma “se” para todas as pessoas gramaticais. O uso do kimbundu e o cokwe não só justifica esse emprego, pois, nessas línguas, o infixos /-di-, -li-/ serve para todas as pessoas gramaticais.

Descaracterização dos acordos sintáticos

Tabela 13.9 – Descaracterização dos acordos sintáticos

PA	PE
As criança o está o na escola.	As crianças estã o na escola.
Os bó o aluno o estuda o bê o .	Os bons alunos estudam bem.

O sistema de concordância da língua portuguesa é naturalmente pela sufixação, enquanto as línguas bantu funcionam pela prefixação. Para além dos acordos acomodados na língua bantu que se notam pela ausência na posição final quer do substantivo, do verbo ou do adjetivo, nota-se igualmente a desnasalização (oralização) das vogais da língua portuguesa, como se pode ler nas frases acima. Não se trata, portanto, de desvirtuar a língua portuguesa, mas, sim acomodá-la no modelo dos angolanos. Essas construções não são apenas produzidas pelos angolanos de nível elementar e intermédio, mas, às vezes, mesmo pelos de nível avançado de aprendizagem da língua portuguesa.

Pistas lexicais

Atualmente, o léxico, em todas as línguas naturais do mundo, está em movimento. A convivência do português com as línguas nacionais cria uma simbiose e troca de vocábulos com integração conhecida e razoavelmente com propostas de dicionarizá-los. Vejamos alguns casos bem constatados:

Tabela 13.10 – Integração lexical de LB em Português

(di)kamba	—> camba	“amigo”
(di)kota	—> cota	“mais velho”
(ka)ndenge	—> Dengue	“miúdo”
(ji)ndungu	—> Gindungo	“picantes”

Tendo em conta a ortografia dada a esses vocábulos, tornam-na descaracterizados, e não se percebe se eles são de origem bantu. Contudo, o significado acaba por atribuir o termo à origem bantu. Assim, essas palavras não passam despercebidas por qualquer angolano ou português. Trata-se de uma interpenetração das línguas em contato e de culturas em simultâneo. Estamos em presença de troca constante na integração das palavras numa como na outra língua.

Tabela 13.11 – Integração lexical de português em Bantu

PE	Integração	PA
Enfermeiro	Ausência de [ẽ, r], substituição de [e] por [u]	Fulume
Capitão	Ausência de [ã] e substituída por [a]	Kapitawu
Polícia	Palatalização de [s]	Pulisha
Governo	Prenasalização de [g] e substituição de [r].	Nguvulu

O fenômeno de empréstimo é um dos meios de interpenetração e fruto dessa convivência. O português recebe das línguas bantu, em Angola, inúmeras palavras. Por isso, as palavras que entram na língua portuguesa submetem-se às regras de pluralização, de fonetização, de sintaxização. Nesse caso, a pluralização de palavras de língua bantu em língua portuguesa tem sido reduplicada, isso é, na posição prefixada em língua bantu mais sufixação da língua portuguesa. Vejamos como ficam esses enunciados:

Tabela 13.12 – Colocação do número nas palavras de origem Bantu

PA	PE
Ambundu (povos de língua kimbundu)	Ambundos
Ovimbundu (povos de língua umbundu)	Ovimbundos
Jingongo (gêmeos)	Jingongos
Miseke (aldeias)	Misseques

Como se constata, o número de palavras vindo de língua bantu no uso do português em Angola é crescente. Os falantes bilingues utilizam-nas com frequência e especificam o português nesse espaço geográfico.

Pistas semânticas

Tabela 13.13 – Interpretação cultural de verbos

PA	Origem	PE
A grávida ouviu o mau cheiro.	Kafumba kevwa vumba lipi. (cokwe)	A grávida sentiu mau cheiro.

A cadeira dormiu no quintal.	Cithwamo cyapomba haze. (cokwe)	A cadeira está no quintal.
Mi nasceram no Lepi.	Ndacitiwila ko Lepi. (um-bundu)	Nasci no Lepi.

Observamos que as frases do português angolano, respectivamente com os verbos ouvir, dormir e nascer, explicam uma interferência semântica em vez de sentir, estar e nascer. A origem dessa fala se deve ao uso referencial das línguas bantu. O verbo “sentir”, segundo Ngunga (2010, p. 133) parece não ter uma tradução que não passe para verbos que traduzem as percepções recebidas através de órgãos de sentido de confiança, tais como “ouvir” e “sentir”. Quanto ao verbo “dormir”, só deve possuir um sujeito animado, sobretudo que tem olhos para fechar e dormir. O sujeito “cadeira” não tem essas características. Finalmente, o verbo “nascer” tem tido contornos muito diferentes em função da sua carga semântica. Em culturas diferentes, o emprego depende de realidades culturais. Esses fenômenos não existem em português europeu e são puramente especificidades dos locutores do português em Angola. Outros elementos semânticos são referenciados nas expressões idiomáticas, apresentadas a seguir.

Pistas idiomáticas

Preferimos essa expressão para caracterizar a criação das expressões vindas das culturas bantu e que integram a fala do português em Angola. Essas expressões carecem de muito cuidado para perceber e penetrar o significado. A construção dessas expressões remete com frequência os interlocutores não angolanos à ambiguidade. Para o efeito, são com muita facilidade que qualquer nativo angolano consegue entender todas essas expressões.

Tabela 13.14 – Distinção de género masculino e feminino

Filho de mulher	Mona wa muhatu	Filha
Filho de homem	Mona wa diyala	Filho
Avó de homem	Kuku wa diyala	Avó
Comeu meu dinheiro	Wadi kitadi kyami	Gastou meu dinheiro

Dada a realidade cultural dos povos de línguas bantu faladas em Angola, o verbo, no verdadeiro sentido de “gastar” não existe, mas pode ser expresso através das expressões verbais que têm o valor semântico aproximado a “gastar” como recurso a verbos como “comer, terminar, acabar”.

Quanto às expressões de parentesco, os lexemas /muhatu/ e /diyala/ servem em kimbundu para marcar o gênero – o primeiro para o feminino e o segundo para o masculino, respectivamente. Esses lexemas funcionam como determinativos cujos determinados são os nomes que completam, e tornam o nome em questão um nome composto pela justaposição. Quando assim é, os locutores do português, no espaço cultural bantu em Angola, associam os lexemas acima referidos, traduzindo-os palavra por palavra, como se fosse uma língua bantu.

Conclusão

A configuração linguística de Angola apresentou-se, apresenta-se e apresentar-se-á para sempre plurilinguística e multicultural, tendo em conta a convivência incontornável das línguas bantu, como línguas identitárias e culturais dos angolanos, e o português.

Desse modo, esse português falado nesse recinto cultural das línguas bantu acaba de se caracterizar com muitos aspectos evidentemente reconhecidos e de proveniência desmentida das línguas bantu. A identificação desses elementos característicos nos distintos níveis da língua e no formato da comunicação entre os utentes do português em Angola permite aos estudiosos da matéria linguística consolidar a ideia sobre a existência de um português específico, próprio em todos os sentidos para os angolanos.

Porém, esses elementos ora inventariados assumem a preponderância sobre as normas no plano fonológico, morfológico e sintático, bem como pragmático na fala e na comunicação entre os falantes do português, no nível da oralidade, em Angola.

Podemos, com essa pincelada analítica, propor que existe uma variante “dialeto” do português de Angola que, por sincretismo, os cientistas da região não assumem e nem se responsabilizam por ele. Deixamos aqui a nossa modesta pista de reflexão para eventualmente servir de ponto de partida para a definição e determinação dessa variante como os elementos fatoriais o revelaram.

Referências

AGUALUSA, J. E. A língua portuguesa em Angola: língua materna versus língua madrastra. Uma proposta de paz. *Imaginário*, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 27-33, 2004/2005.

ANDRADE, C. *Literatura angolana (opiniões)*. Lisboa: Edições 70; Luanda: UEA, 1980.

BENDER, G. J. *Angola sob o domínio português: mito e realidade*. Luanda: Editorial Nzila, 2004. (Coleção Ensaio/Língua e Cultura).

- CHATELAIN, H. *Folk-tales of Angola: fifty tales, with Kimbundu text literal english translation, introduction and notes*. Honolulu: University Press of the Pacific, 1894.
- CHIVINGA, A. N. *Que futuro para as línguas nacionais angolanas?* Ensaio sobre as políticas de protecção e valorização das línguas nacionais angolanas. Luanda: Centr'Artes, 2014.
- FERNANDES, J.; ZAVONI, N. *Angola: povos e línguas*. Luanda: Nzila Editorial, 2000.
- FERNANDO, B. *A fauna e as finalidades didácticas em alguns provérbios Bakongo*. Luanda: INIC, 2012. (Coleção Estudos e Documentos, v. 34).
- GREENBERG, J. *Languages of Africa*. Bloomington: Indiana University, 1963.
- GUTHRIE, M. *Classification of Bantu Languages*. Clarendon: Oxford University Press, 1971, v. I-IV.
- INALD. *Histórico sobre a criação dos alfabetos em línguas nacionais*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1980.
- LUSAKALALU, P. *Línguas e unidades glossonímicas*. Luanda: Editorial Nzila, 2004. (Coleção Ensaio/Língua e Cultura).
- MARQUES, I. G. *Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola*. Luanda: Inald, ENDIPU/UEE, 1985.
- MIGUEL, Maria H. *Dinâmica da pronominalização no português de Luanda*. Luanda: Mayamba Editora, 2014.
- MINGAS, A. *Interferências do Kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.
- MUZENGA, K. *Esquisse de grammaire kete*. Tervuren: Le Musée Royal de l'Afrique Centrale, 1980.
- PEDRO J. D. et al. *Harmonização ortográfica das línguas Bantu de Angola (Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Cokwe, Mbunda, Oshikwanyama)*. Cape Town: CASAS, 2013. (Monograph Series, n. 251).
- QUINO, A. *A importância das línguas africanas de Angola no processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa*. Luanda: ISCED: UAN, 2009.
- SASSUCO, D. P. *La forme nominale, verbale et syntaxe du Cokwe*. Espanha: Uab, 2008.
- SEVERO, C. G.; SITOIE, B.; PEDRO, J. D. *Estão as línguas nacionais em perigo?* Lisboa: Escolar Editora, 2014.

Algumas abreviaturas

AIU	Atlantic International University
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ILN	Instituto de Línguas Nacionais
INL	Instituto Nacional de Línguas
Ø	Ausência de um elemento morfossintático
PA	Português de Angola
PE	Português europeu
TICOM	Tratamento da Informação e Comunicação Multilíngue
UAB	Universidade Autônoma de Barcelona
USA	United States of America

